logia e pela política, já que os interesses sociais são o produto delas, não o seu ponto de partida. Assim, a política e a ideologia tornam-se práticas puramente autoconstituintes, tautológicas". Contudo, adverte Eagleton, política e discurso que deram "adeus ao socialismo e à revolução" pois toda a menção a classe social ou luta de classes é considerada como 'vulgar' ou reducionista. Bem sabemos que esta perspectiva pós-marxista — presente no interior da chamada "esquerda moderna" — tem ampla circulação nos meios editoriais e acadêmicos, no exterior e no Brasil.

O livro de Terry Eagleton constitui-se num inteligente roteiro para a discussão acerca da relação entre ideologia e poder a partir das categorias do materialismo histórico. Sua conclusão final é a de que as diferentes perspectivas dentro do marxismo (historicismo, estruturalismo e análise do discurso) devem ser incorporadas na busca da constituição de uma teoria crítica da ideologia. Trabalho erudito que revela amplo conhecimento da literatura filosófica e sociológica bem como de renomados estudiosos e intérpretes contemporâneos. Escrito com fina ironia, este bem fundamentado e instigante livro revela — contra a corrente — a riqueza e a diversidade da produção marxista quando comparada com outras concepções teóricas sobre a ideologia e a crítica cultural na atualidade.

Osvaldo Coggiola (org.)

Manifesto Comunista
Boitempo Editorial, S. Paulo, 255 páginas.

Daniel Aarão Reis Filho (org.)

O Manifesto Comunista. 150 anos depois.
Ed. Fundação Perseu Abramo/Contraponto, S. Paulo, 207 páginas.

Caio Navarro de Toledo (org.)

Ensaios sobre o Manifesto Comunista.
Xamã Editora, S. Paulo, 148 páginas.

Celso Frederico (professor da Escola de Comunicações e Artes/USP.)

Os 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* estão merecendo uma surpreendente comemoração. Publicações, seminários acadêmicos, conferências, números especiais em revistas e suplementos culturais na imprensa diária, etc.

As três antologias inserem-se nesse movimento comemorativo, nostálgico e litúrgico.

O livro organizado por Coggiola reproduz o texto do *Manifesto,* os diversos prefácios de Marx e Engels e uma seleção de textos clássicos dedicados à obra. Não chega a ser tão completo quanto a antologia organizada por G. M. Bravo para a Ed. Riuniti em 1978 (*Il Manifesto del partito comunista e i suoi interpreti*): faltam os ensaios de Plekhanov, Kautski,

Belloni, Rosa Luxemburgo, Bela Kun, Michels e Togliatti. Os seus lugares foram substituídos por Leon Trotski, L. Martin e James. Petras.

A antologia organizada por Daniel Aarão Reis Filho também reproduz o texto do *Manifesto* (infelizmente sem os diversos prefácios) e ensaios críticos sobre o destino do panfleto (Marcelo Ridenti, por exemplo, analisa a leitura pós-moderna de Marshall Bermann sobre o *Manifesto,* sua polêmica com Perry Anderson e as repercussões do debate no Brasil). O terceiro livro, organizado por Caio Toledo, agrupa ensaios teóricos que gravitam em torno do legado marxiano.

O objeto de tanta discussão é um texto curto, elaborado por dois jovens (Marx com 29 anos e Engels com 28), para atender uma encomenda da Liga dos Comunistas, uma organização clandestina e minúscula (menos de mil participantes). Escrito na iminência do vendaval revolucionário de 1848, o texto foi redigido por Marx a partir de um esboço preparado por Engels. O tom solene e provocativo do texto, com suas frases incendiárias e desafiadoras, faz lembrar o "Prefácio" à *Crítica da filosofia do direito de Hegel,* um dos mais belos escritos de Marx. Só que aqui o autor está confiante no processo revolucionário que, pouco depois, de fato se realizou, mas com desdobramentos contrários às suas expectativas.

O texto inaugura o materialismo histórico, método anunciado em A *ideologia alemã,* e voltado agora à caracterização da história social.

Cento e cinqüenta anos depois, o que se pode falar de um texto de ocasião que errou na caracterização do processo revolucionário em curso (causa imediata de sua existência) e que, por outro lado, avançava em considerações sobre a estrutura da sociedade capitalista feitas antes de o autor mergulhar a fundo nos estudos de economia política?

As críticas ao *Manifesto*

Labriola, escrevendo em 1895, já constatava o envelhecimento do final do segundo capítulo, aquele em que Marx e Engels propõem medidas para a eventualidade da classe operária chegar ao poder, bem como as referências, feitas no terceiro capítulo, às diversas correntes de socialismo que não exerciam mais nenhuma influência sobre o movimento operário.

Mesmo no primeiro capítulo, o "núcleo duro" do panfleto, algumas considerações foram desmentidas pelo processo histórico.

A tese da "pauperização absoluta" da classe operária — esperança da estratégia política revolucionária — guarda mais relações com a teoria feurbachiana da alienação do que com a realidade econômica do capitalismo. Mais tarde, os estudos de economia levarão Marx a falar em "pauperização relativa". De todos os autores, somente Trotski insiste em defender, em 1937, uma tese deixada para trás pelo próprio Marx.

Sob essa frágil argumentação econômica, Marx e Engels construíram uma visão esquemática da luta de classes, centrada unicamente na expectativa da crescente polarização operariado fabril/burguesia industrial. Desprovido de todo direito, condenado à miséria crescente, o proletário da indústria, em sua própria desumanização, encarnaria a idéia da humanidade aviltada pelo capitalismo e, por isso mesmo, estaria destinado a redimir o gênero humano. Essa visão binária faz-se acompanhar de uma concep-

ção restrita do Estado como "comitê executivo da burguesia": um aparelho a ser tomado de assalto pelo proletariado e utilizado para revolucionar a sociedade. Como se sabe, Marx e Engels corrigiram posteriormente essa visão simplista.

Diante das evidências demonstradas pela evolução do capitalismo, os críticos tiraram conclusões diferenciadas. As noções restritas de proletariado e Estado, base da concepção "explosiva" do processo revolucionário, foram substituídas, graças à influência das idéias gramscianas, pela estratégia de revolução "processual", defendida nas intervenções de Carlos Nelson Coutinho e Tarso Genro; a crítica da polarização das classes levou Daniel Aarão Reis Filho a constatar: "os proletários dos países avançados, tendo se transformado em cidadãos, tenderam, em grande maioria, a abandonar a perspectiva revolucionária". Outros autores, contrariamente, consideram que a socialização do trabalho e o assalariamento generalizado criaram as condições para a transformação revolucionária (Leon Trotski, James Petras, Theotônio dos Santos, João A. de Paula, Hector Benoit, Michael Löwy).

Surpresas da história

O panfleto de 48 teve um destino que certamente surpreenderia seus autores. Originalmente dirigido a um pequeno círculo clandestino de operários, o *Manifesto* tornou-se, tempos depois, uma referência viva para os trabalhadores agrícolas, assim que o capital subverteu as relações de produção no campo e pôs fim à "idiotia" atribuída por Marx e Engels à vida rural. O mesmo aconteceu com os movimentos sociais no Terceiro Mundo (os povos "bárbaros", contrapostos pela visão eurocêntrica dos autores às nações "civilizadas"), que tinham como objetivo imediato a resolução da "questão nacional" na luta antiimperialista.

O livro percorreu caminhos imprevistos. Nos 12 anos posteriores à morte de Marx, lembra Coggiola, apareceram 75 edições do *Manifesto* em 15 línguas, sendo que as traduções russas eram mais numerosas do que as editadas no original alemão. O ciclo revolucionário aberto em 1917, num país não propriamente "civilizado", trouxe novas surpresas. Depois, a revolução chinesa (feita basicamente por camponeses e não por operários industriais) e a revolução cubana (feita à revelia do Partido Comunista e não tendo a classe operária como principal protagonista) aprofundaram o descompasso entre o movimento real da história e as previsões do *Manifesto*. Mesmo na América Latina o processo revolucionário não ocorreu nos países mais desenvolvidos (Brasil, Argentina, México), mas em Cuba, Nicarágua e El Salvador. "Aqui como no Velho Mundo, observou Emir Sader, a revolução não explodiu como resultado da persistente socialização do trabalho, da industrialização e da urbanização, mas sim a partir das contradições não-resolvidas pelo desenvolvimento dos capitalismos agrários nacionais e do modo como se construiu o poder do imperialismo norte-americano. Ou seja, foi determinante a forma de inserção das economias nacionais na nova divisão internacional do trabalho".

Hoje

Com o fim do bloco socialista o capitalismo voltou a imperar solitário no mundo. O processo conhecido como "globalização", antevisto por Marx e Engels em 1848, está enfim impondo ao planeta a "civilização", isto é, a forma burguesa de sociabilidade. A revolução técnico-científica em curso reafirma o

prognóstico do *Manifesto* sobre esse modo de produção que só se mantém através da transformação contínua das forças produtivas. Acirrando as contradições entre o progresso material e a apropriação privada, o capitalismo moderno está agora mais próximo do retrato esboçado pelo *Manifesto* do que em 1848. Cento e cinqüenta anos depois, o texto poderá adquirir uma explosiva atualidade.

Maurício C. Coutinho

Marx: Notas sobre a teoria do capital.
São Paulo: Editora Hucitec, 1997 — 189 páginas.
Pedro Zahluth Bastos (grupo de estudos da obra de Marx no Cemarx, IFCH, mestre em Ciência Política e doutorando no IE/ Unicamp).

Complementando um esforço de reflexão sobre a economia política do século XIX cuja primeira publicação fora *Lições de economia política clássica,* Maurício Coutinho oferece-nos, agora, os resultados preliminares de suas reflexões sobre a teoria do capital em Marx. Digo "resultados preliminares" porque é assim que, modestamente, o autor busca apresentar seu trabalho: interessado na noção de capital em Marx por acreditar que nela residem as possibilidades mais frutíferas de confronto do pensamento marxiano com o pensamento econômico contemporâneo, alerta-nos de início que este confronto direto será deixado para trabalhos posteriores. O sentido de seu texto seria, então, o de ser uma introdução ao sistema econômico de Marx voltada a "estimular a leitura e a compreensão específicas do autor em seu contexto, o que é apenas um primeiro passo para um retorno crítico e abrangente à economia política de Marx".

Sendo assim, o livro tem o intuito de descrever e reconstituir o núcleo básico do sistema marxiano, no que tange à teoria do capital. Sem ter a natureza de uma polêmica interpretativa, a exposição não é carregada de debates com outros intérpretes, o que, se traz a vantagem de conferir objetividade e concisão ao texto, tampouco deixa claramente explicitadas as escolhas interpretativas feitas em relação a pontos de polêmica, entre os comentadores de Marx. Não obstante, não há como negar que a exposição de sua própria interpretação é de rara clareza.

Qual o objetivo que rege a organização da exposição de seus argumentos? Acredito que o autor procura organizar sua própria exposição de modo a reconstituir a lógica expositiva mediante a qual Marx, sem nos avisar, apresenta o capital como um sujeito reificado que, progressivamente, vai submetendo a totalidade das relações sociais de produção às suas determinações. Ainda que não haja, no livro, qualquer discussão a respeito dos métodos de investigação e exposição de Marx, é indubitável que o propósito de reconstituição da teoria do capital muito se beneficia da atenção especial que o autor confere à concepção expositiva que rege *O Capital.* Afinal, o professor Coutinho busca reproduzir esta concepção expositiva: depois de afirmá-lo como conceito, faz com que

FREDERICO, Celso. Resenha de: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Manifesto Comunista. São Paulo: Editora Boitempo, 255p.; FILHO, Daniel Aarão Reis (org.). O Manifesto Comunista: 150 anos depois. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo/Contraponto, 207 p.; TOLEDO, Caio Navarro de (org.). Ensaios sobre o Manifesto Comunista. São Paulo: Xamã, 148 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.152-155.

Palavras-chave: Manifesto Comunista; Materialismo histórico; Comunismo.